

“Maquinarias do pensamento”: o conhecimento socialmente produzido e a crise capitalista contemporânea

“Machinery of thought”: the socially produced knowledge and crisis capitalist contemporary

Scheilla Nunes Gonçalves*

Resumo: O presente artigo se concentra em lançar o que parecem ser algumas pistas sobre o trajeto no qual a ciência se torna força produtiva e se entrelaça com o processo autocontraditório do desenvolvimento da forma social capitalista, desembocando no contexto regressivo da crise estrutural contemporânea. Objetiva, deste modo, chamar a atenção para o curso que segue o conhecimento socialmente produzido, uma vez que este parece ter degenerado seu potencial elucidativo em sombra que obscurece os escombros que são acumulados sob a égide de seu desenvolvimento. A dificuldade colocada para que o sujeito compreenda a objetividade por ele produzida, e para que se reconheça como parte desta, resulta na incapacidade de autorreflexão da razão objetiva. Se assim for, o que explica a incoerência entre uma forma social que se supõe racional e o seu conteúdo irracional configurado pela acumulação capitalista?

Palavras-chave: ciência; técnica; conhecimento; crise do capitalismo.

Abstract: This article focuses on launch what appear to be some clues about the way in which science becomes productive force and intertwines with the self-contradictory process of the development of capitalist social order, resulting in the regressive context of contemporary structural crisis. It aims, thus call attention to the course that follows the socially produced knowledge, since this seems to have degenerated its elucidating potential into a shadow that obscures the ruins that accumulates under the aegis of its development. The difficulty to the subject understand the objectivity produced by it, and be recognized as part of this, results in the inability to self-reflection of objective reason. If so, which explains the inconsistency between a social form that assumes as rational and the irrational content set by capitalist accumulation?

Keywords: science; technics; knowledge; crisis of capitalism.

.....
* Assistente social (UFES), mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e professora substituta do Departamento de Serviço Social de Niterói da Universidade Federal Fluminense (UFF). *Correspondência:* Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, bloco E, sala 517, Campus Universitário do Gragoatá, São Domingos, Niterói/RJ – CEP: 24210-201. E-mail: <scheillanunes@gmail.com>.

Introdução

No atual momento histórico do capitalismo, a confiança acrítica nos atributos de um aparente desenvolvimento racional promovido pela ciência, mantém a sociedade subsumida a esta lógica preponderantemente irracional. As desigualdades colossais aparecem historicamente como fenômenos transitórios a serem superados com o avanço e a aplicação sistemática de conhecimentos técnico-científicos,¹ e o casamento entre a ciência e a tecnologia produtiva fundamentado na divisão do trabalho ocorre sem que sequer sejam ponderadas suas consequências nocivas. A imunidade positivada da ciência é o invólucro de uma substância social conservadora que encobre o fato de que sua própria forma e práticas neste sistema sejam expressões diretas do fetichismo; assim, fica obscurecida a percepção de que as contradições estruturais do capital transformam as imensas potencialidades criativas do desenvolvimento científico em realidades destrutivas.

O progresso científico se torna a forma exata de satisfação social, não obstante o fato de que as necessidades elementares de uma parte significativa da população mundial não são satisfeitas. Seria possível perguntar: por que a palavra ciência na atualidade é sempre associada à tecnologia? Ou, por que as universidades são comumente chamadas de fábricas de diplomas? Ou ainda, qual o sentido de um progresso científico que tem como marca incontestável seu potencial destrutivo – tanto dos recursos naturais quanto dos próprios seres humanos? Contudo, o discurso tecnológico fetichista afasta qualquer possibilidade de serem levantadas questões que problematizem as escolhas sociais históricas, no sentido de mirar qualquer horizonte diferente. O horror do atual tempo histórico não consegue esconder nem o desemprego estrutural, nem a fome que persiste, nem a destruição dos recursos naturais, mas se apoia num constructo constrangedor que não permite o questionamento das benesses prometidas pelos avanços tecnológicos que seguem seu curso “independente” – até porque não deve parecer necessário medir a viabilidade de expandir o alcance social dessas benesses.

O reconhecimento do caráter histórico determinado da forma social capitalista deve impulsionar questões que só poderão ser superadas a partir do “conhecimento da gravidade do estado de coisas a que se chegou” e da “urgência de tratar as coisas e os sintomas pelo seu devido nome” (ME-NEGAT, 2003, p. 24). O presente artigo objetiva chamar atenção para o curso que segue o conhecimento socialmente produzido, uma vez que este parece ter degenerado – junto ao desenvolvimento do capitalismo – seu potencial elucidativo em sombra que obscurece os escombros que são

¹ Sem desconsiderar, é claro, o empenho em propagar as saídas moralistas que atribuem ao ajustamento moral dos indivíduos a possibilidade de corrigir os “desequilíbrios sociais”. As disfunções não são tratadas como consequência do todo, mas como impropriedade da parte.

acumulados sob a égide de seu desenvolvimento. A dificuldade colocada para que o sujeito compreenda a objetividade por ele produzida, e para que se reconheça como parte desta, resulta na incapacidade de autorreflexão da razão objetiva.² Procura-se com este texto lançar o que parecem ser algumas pistas (poucas que sejam) sobre o trajeto no qual a ciência se torna força produtiva e se entrelaça com o processo contraditório do desenvolvimento da forma social capitalista desembocando no contexto regressivo da crise estrutural contemporânea. Deste modo, procura-se sugerir a necessidade de serem somadas forças no movimento de promover o encontro entre a razão objetiva e as atrocidades de nossa história, questionando o que explica a incoerência entre uma forma social que se supõe racional e o seu conteúdo irracional configurado pela acumulação capitalista.

O conhecimento científico como força produtiva e os impactos do seu desenvolvimento avançado

Inicialmente, é importante notar que o que ocorre com a ciência não pode se explicar desprendendo-a da realidade na qual ela está inserida – que é resultado de relações e processos sociais históricos. A ciência não se desenvolve a partir de uma lógica própria permanente, o tipo de direcionamento e os recortes de pesquisa com os quais se preocupam os cientistas na atualidade (e ao longo do desenvolvimento do capitalismo) são engendrados pelas exigências objetivas do desenvolvimento do processo de produção capitalista. Trata-se de uma ciência que corresponde a uma ordem social historicamente determinada; assim, os obstáculos estão colocados sobre os pilares objetivos de determinações contraditórias. A afirmação de Marx nos *Grundrisse* nos ajuda a mapear as implicações envolvidas entre a ciência e o desenvolvimento das forças produtivas:

O desenvolvimento do capital fixo indica até que ponto o saber social geral, conhecimento, deveio força produtiva imediata e, em consequência, até que ponto as próprias condições do processo vital da sociedade ficaram sob o controle do intelecto geral e foram reorganizadas em conformidade com ele (2011a, p. 589).

Nesse sentido, é importante considerar o trajeto pelo qual a ciência se torna força produtiva imediata. No processo de desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, a criação da maquinaria, que subtrai do “trabalhador coletivo” (força ativa do processo de produção anterior) seu princípio ativo determinante, marca o surgimento de uma força específica deste modo de produção. O aprofundamento da divisão do trabalho trans-

² Entende-se por razão objetiva aquela que não é apenas formal, restringindo-se à subjetividade, mas que se amplia atingindo a realidade.

forma de tal maneira as já então mecânicas operações dos operários que o mecanismo é introduzido em seu lugar. Na medida em que as ferramentas são reunidas em um mesmo instrumento de trabalho, o capital prescinde do trabalho imediato como princípio determinante da produção material (embora não ocorra o mesmo com a produção de valor), transformando a ciência em força produtiva direta. A partir de então a divisão do trabalho pressupõe um caráter científico para o processo de produção que corresponde à divisão entre concepção e execução e representa a materialização do fetichismo fundamentado no domínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo. A inversão característica da coisificação do processo produtivo capitalista, ganha, deste modo, uma realidade "tecnicamente palpável".

Toda produção capitalista, à medida que ela não é apenas processo de trabalho, mas ao mesmo tempo processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é apenas o trabalhador quem usa as condições de trabalho, mas que, pelo contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador: só, porém, com a maquinaria é que essa inversão ganha realidade tecnicamente palpável. Mediante sua transformação em autômato, o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho, com o trabalhador como capital, como trabalho morto que domina e suga a força de trabalho viva (MARX, 1984a, p. 43-44).

O uso da tecnologia como fator de concorrência entre capitais é que leva o capitalista individual a se valer do uso da maquinaria, e não suas vantagens gerais (como, por exemplo, a diminuição do esforço braçal do trabalho humano); contudo, ocorre que a desvalorização da força de trabalho aparenta ser um processo autônomo – produto de uma lógica imanente advinda da própria máquina. A lógica imanente que opera nas transformações do processo produtivo do capitalismo não é outra senão a do "valor que se valoriza"; nas palavras de Marx:

O valor passa continuamente de uma forma para outra, sem perder-se nesse movimento, transformando-se numa entidade que opera automaticamente. [...] Na verdade, o valor torna-se aqui o agente de um processo em que, através do contínuo revezamento das formas dinheiro e mercadoria, modifica sua própria magnitude como valor excedente, se afasta de si mesmo como valor primitivo, e se expande a si mesmo (2011b, p. 184).

Romero (2005) explica que a autonomização dos instrumentos de trabalho frente ao trabalhador marca a passagem da subsunção formal para a subsunção real do trabalho ao capital.³ Nesse ínterim, efetua-se a

³ A subsunção formal corresponde às relações de produção que são apenas formalmente capitalistas, uma vez que o capital ainda não se apropriou materialmente do processo de trabalho através do revolucionamento dos meios de produção. A subsunção real corresponde às relações de produção efetivamente capitalistas, porquanto são criadas forças produtivas próprias que subordinam por completo o processo de trabalho ao capital (ROMERO, 2005).

separação entre concepção e execução na medida em que se expropria o conhecimento dos agentes ativos, materializando o saber numa forma a eles externa (ROMERO, 2005). Subordina-se, deste modo, o processo de produção à ciência e esta última à valorização do capital.

A ciência e a técnica⁴ no modo de produção capitalista são concebidas de maneira subordinada à lógica produtivista pautada pelo tempo mínimo e não de acordo com sua utilidade social (ROMERO, 2005). Assumem, portanto, a funcionalidade específica que movimenta a valorização do valor, evidenciando, sobretudo no marco do capitalismo contemporâneo, a progressiva perda de conteúdo das atividades humanas – constatação estranha para uma sociedade que se supõe racional. Decorre deste processo, portanto, a impossibilidade de conciliar a produção para o uso (sob o critério da necessidade) e a necessidade de expandir o valor de troca, o que, por conseguinte torna a produção para a troca um fim em si mesma, a despeito de precisar corresponder a qualquer demanda real. O uso real acaba por ser subsumido pelo mero ato da transação comercial subordinando quaisquer ponderações de necessidades humanas à um perverso metabolismo social invertido. Como bem define Mészáros,

A [mesma] determinação socioeconômica da disjunção estrutural entre o uso (correspondente à necessidade humana) e a produção orientada para o valor de troca, responsável por colocar em movimento os prodigiosos avanços produtivos do capital, também renunciava desde o início as futuras complicações e, à medida que o tempo passou, cada vez mais se afirmou como uma força extremamente problemática e, em última análise, destrutiva e autodestrutiva. A produção do *valor de uso* tornou-se impiedosamente *subordinada* aos imperativos do *valor de troca* sempre em expansão, progressivamente transformando este último em um poder auto-sustentado. Como tal, ele se tornou não apenas *indiferente* às necessidades humanas, mas ativa e diametralmente *oposta* a elas, apropriando-se, sem levar em conta as conseqüências, dos recursos materiais e intelectuais finitos da sociedade em sua qualidade de *antivalor de uso necessariamente* autoorientado e autopetruador (2010, p. 268-269 – grifos do autor).

Com o amadurecimento do capitalismo, que se expressa na plena industrialização de todos os ramos da economia e na crescente mecanização do âmbito da circulação e da superestrutura, desenvolve-se uma constante pressão para acelerar a inovação tecnológica porquanto a redução de outras fontes de mais-valor implica na ininterrupta busca de “rendas tecnológicas”

⁴ Entende-se por ciência, uma das formas racionais da sociedade humana; entende-se por técnica, a essência do saber que não visa conceitos e imagens, nem o prazer do discernimento, mas apenas o método, a utilização do trabalho de outros, o capital (ADORNO; HORKHEIMER, 2006).

que são obtidas exclusivamente pela permanente renovação tecnológica.⁵ Nesta perspectiva, a terceira revolução tecnocientífica é engendrada pelos esforços efetuados pelo capital no movimento de superação do período de recessão durante as décadas de 30 e 40 do século XX. A economia armamentista tem um importante papel neste movimento porquanto suas necessidades técnicas de desenvolvimento oferecem a tecnologia da automação como possibilidade para aplicação em processos de produção consecutivos e automáticos que se tornam independentes do contato humano direto.⁶ O emprego da nova tecnologia se propaga paulatinamente e de forma progressiva pelas esferas produtivas no intuito de diminuir drasticamente os custos salariais diretos, o que significa a eliminação de trabalho vivo do processo produtivo.

As transformações impulsionadas pela terceira revolução tecnocientífica, que têm como ponto alto a substituição da eletromecânica pela eletrônica e a informatização crescente do processo de automação, são operadas no processo produtivo. A alteração substancial do processo produtivo tem fortes impactos no processo de trabalho e respectivamente em seus mecanismos de controle que sofrem profundas alterações. Substituem-se as formas organizacionais – base do processo produtivo do período anterior – pelas novas tecnologias, configurando um novo modelo de produção “flexível” que redireciona tanto o processo de trabalho quanto o mercado, os produtos e os padrões de consumo. Esse tipo de acumulação designada flexível “envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas” (HARVEY, 2010, p.140).

A flexibilidade e a mobilidade aumentam poderes que permitem aos empregadores pressionar de forma mais dura o controle do trabalho sobre uma força de trabalho já enfraquecida pelo aumento progressivo do desemprego.⁷ A construção de focos de produção flexível, em regiões que não possuíam tradição industrial anterior, incide sobre o trabalho organizado e implica níveis de desemprego, que passa a ser denominado estrutural. Assim como na projeção de Marx, no que se refere à relação entre os avanços tecnológicos e o processo produtivo, aponta-se que a revolução

⁵ “Rendas tecnológicas” consistem em superlucros oriundos da centralização do progresso técnico - invenções capazes de baixar o custo das mercadorias não são incorporadas por um ramo de produção aplicando-se por todos os concorrentes uma vez que são impedidas por barreiras impostas pela estrutura do capital monopolista, quais sejam: controle de patentes, proporções do investimento mínimo, obstáculos na entrada e etc. (MANDEL, 1985).

⁶ Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Estados Unidos se impõe como grande potência imperialista mundial, atribuindo a si mesmo o papel de destruir qualquer ameaça ao domínio do capital; a Guerra Fria e a eterna corrida armamentista são expressão desse movimento norte-americano que tem como baliza real o fortalecimento da indústria armamentista cuja rentabilidade se torna fundamental para a economia do país. (MANDEL, 1985).

⁷ O rearranjo sociopolítico, que tem início a partir destas transformações, gira em torno do desmonte do Estado de Bem Estar Social europeu, que segue em curso. No âmbito do processo de trabalho inclui a rápida reconstrução e destruição de habilidades e o retrocesso do poder sindical sobre o qual se estabelecia uma das estruturas políticas do regime fordista.

tecnológica, efetivamente, implica, com o amadurecimento do capitalismo, uma brutal economia de trabalho vivo, marginalizando grande parte da população.⁸

Nesse sentido, o capitalismo contemporâneo se depara com o decisivo limiar entre a automação parcial e a automação total sobre o qual se equilibra a partir da terceira revolução tecnocientífica. À medida que a eliminação de trabalho vivo do processo de produção efetivamente impõe limites ao crescimento da massa de mais-valor, torna-se notório um limite lógico do modo de produção capitalista. O que significa dizer que, ao adentrar a sua fase tardia, o capitalismo evidencia o movimento auto-contraditório no qual a maturação do desenvolvimento consiste em sua própria negação.⁹

Ora, se para sua autopreservação o capital não pode automatizar por completo a produção material, o que se enfatiza é que a tendência a diminuir trabalho criador de valor através de constantes renovações tecnológicas vai pesar sobre o capital em sua fase tardia atravancando sua capacidade de interromper a queda na taxa de lucros através da elevação da taxa de mais-valor. Neste sentido, é relevante a caracterização de Mandel a respeito do capitalismo tardio e do seu desenvolvimento tecnológico:

[...] a marca distintiva do imperialismo e de sua segunda fase, o capitalismo tardio, não é um declínio nas forças de produção mas um acréscimo no parasitismo e no desperdício paralelos ou subjacentes a esse crescimento. A incapacidade inerente ao capitalismo tardio, de generalizar as vastas potencialidades da terceira revolução tecnológica ou da automação, constitui uma expressão tão forte dessa tendência quanto a sua dilapidação de forças produtivas, transformadas em forças de destruição: desenvolvimento armamentista permanente, alastramento da fome nas semicolônias (cuja produtividade média do trabalho se viu restrita a um nível inteiramente sem relação ao que é hoje possível, em termos técnicos e científicos), contaminação da atmosfera e das águas, ruptura do equilíbrio ecológico, e assim por diante [...] (1985, p. 151).

Logo, as transformações do processo produtivo realizadas pela sociedade burguesa e protagonizadas pelo desenvolvimento técnico e científico representam enormes êxitos alcançados pelo desenvolvimento tecnológico, mas trazem à luz as imanentes contradições de um desenvolvimento incontestavelmente condicionado pela lei do valor sobreposta às necessidades humanas. Se é considerada a participação (não coadjuvante)

⁸ "Um desenvolvimento das forças produtivas que diminuísse o número absoluto de trabalhadores, isto é, que possibilitasse à totalidade da nação o cumprimento de sua produção total em menor período de tempo, provocaria uma revolução, porque marginalizaria a maior parte da população [...]" (MARX apud MANDEL, 1985, p. 145).

⁹ "O próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza" (MARX, 2011, p. 588).

do complexo militar-industrial no mencionado desenvolvimento tecnológico, torna-se incontornável a percepção de que os critérios da acumulação capitalista sequer levam em conta a sobrevivência dos seres humanos, porquanto são configuradas forças produtivas com alto poder de destruição da humanidade. Ocorre que a possibilidade de impulsionar a criação de tecnologia e, pela mesma via, alimentar o ciclo de produção e consumo do capital, perpetua a indústria armamentista, sem que sejam ponderados seus efeitos nocivos e, tampouco, as verdadeiras necessidades humanas. Como bem explica Mészáros:

O complexo militar-industrial remove com sucesso as restrições tradicionais do circuito de consumo definido pelas limitações dos apetites dos consumidores. Nesse aspecto, ele corta o nó górdio altamente intrincado do capitalismo 'avançado' ao reestruturar o conjunto de produção e consumo de maneira a remover para todos os efeitos e propósitos, a necessidade de consumo real. Em outras palavras, aloca uma parte maciça e sempre crescente dos recursos materiais e humanos da sociedade a uma forma de produção parasitária e que se auto-consome, tão radicalmente divorciada e, na verdade, oposta à real necessidade humana e seu consumo correspondente, que pode divisar como sua própria racionalidade e finalidade última até mesmo a total destruição da humanidade (2002, p. 688).

A contradição em processo devém crise estrutural

As grandes transformações produtivas reafirmam a entrada em uma fase do sistema capitalista em que o capital alcança sua maturidade; contudo, o domínio absoluto do capital que tudo transforma em mercadorias, evidencia a percepção de que "a maldição do progresso irrefreável é a irrefreável regressão" (ADORNO; HORKHEIMER, 2006). À medida que as possibilidades civilizatórias parecem se exaurir, evidencia-se a barbárização que se generaliza nas formações econômicas e sociais do capitalismo tardio, atingindo a totalidade da vida social ao realizar uma expropriação em escala planetária que coloca em risco inclusive a preservação do planeta e alerta para o caráter necessariamente destrutivo da produção capitalista. O capitalismo contemporâneo que é resultado das transformações ocorridas desde a década de setenta se inscreve num quadro de crise estrutural.¹⁰

Sinaliza o quadro de crise estrutural do capital a finitude dos artifícios encontrados historicamente para driblar as crises. As possibilidades de expansão, que puderam oxigenar o sistema anteriormente, chegam ao seu limite à medida que o capitalismo alcança todo o globo com sua estru-

¹⁰ "É através das crises que se configura plenamente a história do capitalismo como movimento marcado por avanços, paralisações, retrocessos e revoluções profundas nas bases técnicas e institucionais ainda dentro deste modo de produção. [...] a crise é essencial para definir a temporalidade típica do regime social presidido pelo capital" (GRESPLAN apud MENEGAT, 2003, p. 215).

tura desigual e centralizadora. A partir da terceira revolução tecnocientífica, as renovações tecnológicas que expurgam trabalho vivo não encontram mais quem possa absorvê-lo na proporção e velocidade necessárias, deixando descoberta a dificuldade de manter elevada a extração de mais-valor. A criação de novos produtos não consegue alavancar uma onda expansiva, uma vez que a produção baseada na microeletrônica não mobiliza a enorme quantidade de trabalhadores que foi mobilizada pela produção fordista (MENEGAT, 2008). Neste contexto, as grandes corporações multinacionais, como representantes do capital em sua fase tardia, buscam dissimular suas contradições inexoráveis com renovadas estratégias de sobrevivência.

As transformações societárias que ocorrem a partir da década de setenta marcam, portanto, o período em que a ordem do capital se planetarizou e o esgotamento da "longa onda expansiva" do desenvolvimento do capitalismo que estava garantindo nas décadas anteriores um crescimento significativo para o capital. A redução da taxa de lucro é a razão pela qual e sobre a qual incide a necessidade de uma ofensiva econômica e política do capital. A força de trabalho humano, que sob a ordem capitalista é mercadoria, tem seu valor substancial desvalorizado pelo "progresso" técnico, as legislações em torno do trabalho assalariado estabelecidas por meio de grandes lutas sociais são desconfiguradas e o pensamento neoliberal pretende ocultar qualquer vestígio delas. Explode o desemprego e todas as formas de superexploração por meio do subemprego, da precarização, e inclusive, do trabalho escravo.

A capacidade excedente inutilizável das grandes corporações as obrigam a buscar a reestruturação racionalizada capaz de intensificar o controle do trabalho. Os investimentos em mudanças tecnológicas, a procura por novos nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais frágil, e a iniciativa de empreender fusões e estratégias para acelerar o tempo de giro do capital, são medidas acionadas na contratendência da crise para a sobrevivência do capital (NETTO, 2010).

Formas ideológicas que objetivam legitimar um sistema supostamente direcionado ao progresso devem explicar a crise como resultado de escassez e não de excesso – sempre falta "mais capitalismo". Neste sentido, o capital, diante da crise, pretende elaborar explicações que tenham como horizonte a recuperação econômica enquanto solução capaz de favorecer a todos. Enquanto sinais alarmantes apontam os gastos equivocados do Estado como o vilão da crise, a estrutura capitalista aprofunda seu excesso de atrocidades afastando suas possibilidades progressistas e utilizando justamente a figura do Estado para esconder suas feridas.

A chamada crise fiscal do Estado, denunciada a partir de 1973, seria consequência de uma inflexão na receita e no gasto público. Ocorre que no momento em que se observa a depressão dos fatores de crescimento e a queda da taxa de lucros, a ampliação das demandas por proteção social

(em função das estratégias keynesianas que compõem o pacto welfariano) se torna um incômodo insuportável. A queda da taxa de lucros impulsiona o questionamento do custo direto e indireto da força de trabalho e implica na resistência para o atendimento das necessidades dos trabalhadores. A preservação da carga tributária para a população indica um redirecionamento do fundo público no curso dos interesses do capital caracterizando um Estado de Bem Estar "às avessas" que favorece o empresariado (BEHRING, 2009).

Na verdade, a defesa neoliberal de cortes nos gastos públicos consiste num argumento utilizado com a intenção de diminuir os custos sociais do Estado e impor o redirecionamento do fundo público combinado à diminuição de taxação sobre o capital.¹¹ Compreende-se que o Estado capitalista surge para sustentar a classe dominante através das funções primordiais de reprimir e integrar – de forma distinta, mas entrelaçada – e de garantir as "condições gerais de produção",¹² estabelecendo uma mediação direta entre infra e superestrutura. Entretanto, no capitalismo tardio, o Estado vai incorporar uma quantidade progressivamente maior de setores produtivos e reprodutivos às "condições gerais de produção" que financia. No intuito de interferir nas dificuldades de valorização do capital, o Estado oferece oportunidades adicionais para que o capital encontre investimentos lucrativos, como na indústria de armamentos, de "proteção" ao meio ambiente, através da "ajuda" a outros países, e na realização de obras de infraestrutura. O fato é que nestes casos é o subsídio do Estado que torna o investimento efetivamente lucrativo.

Portanto, o Estado capitalista passa a conjugar além de funções diretamente econômicas, o reforço à ideologia da economia onipotente, que através de seus poderes técnicos é capaz de assegurar crescimento constante, consumo ilimitado e deste modo, uma sociedade integrada. Para se inserir na dinâmica do capitalismo contemporâneo, o Estado nacional deve orientar-se por políticas neoliberais que consolidem a quebra de barreiras políticas no sentido de garantir a rentabilidade do capital; reestruturação produtiva, mundialização e flexibilidade, são o conteúdo da normativa de competitividade.

Entre o fim da década de setenta e a década de oitenta, representantes governamentais de diversos países assumem o protagonismo das fortes inflexões político-econômicas, que reivindicam a teoria do "neoliberalismo" enquanto diretriz de pensamento e administração econômicos. O neoliberalismo vai se constituir como teoria das práticas políticas e econômicas

¹¹ Considerando o impacto da reestruturação produtiva que pulveriza a grande indústria e propicia o crescimento da informalidade, o que dificulta a arrecadação pelas fontes da seguridade social e produz com isso fortes implicações na carga tributária, percebe-se que é o capital quem mais onera o Estado através de suas necessidades de preservação.

¹² Por "condições gerais de produção" entende-se a disposição de condições gerais sociais e técnicas para o processo de produção – tais como meios de transporte, de comunicação, lei e ordem estáveis, mercado nacional com um sistema monetário, Estado territorial, sistema educacional apropriado às necessidades de expansão econômica do capitalismo, e etc. (MANDEL, 1985).

que propõe que o bem-estar dos seres humanos pode ser alcançado através da liberalização das liberdades e capacidades empreendedoras individuais, fundamentada nos direitos à propriedade privada, ao livre mercado e ao livre comércio. As reviravoltas destrutivas desse processo de “neo-liberalização” impactam não apenas as estruturas institucionais e de poder, mas também as relações sociais, o âmbito do trabalho, as novas combinações de tecnologias, as atividades reprodutivas, as formas de ligação à terra, os modos de pensamento e de vida.

Em suma, o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretar, viverem e compreenderem o mundo. [...] Na medida em que julga a troca de mercado ‘uma ética em si capaz de servir de guia a toda ação humana, e que substitui todas as crenças éticas antes sustentadas’, o neoliberalismo enfatiza a significação das relações contratuais no mercado. Ele sustenta que o bem social é maximizado se se maximizam o alcance e a frequência das transações de mercado, procurando enquadrar todas as ações humanas no domínio do mercado (HARVEY, 2011, p. 13).

Assim, construções ideológicas neoliberais distorcem termos como liberdade, cidadania e democracia, reforçando-as enquanto elucubrações abstratas. A desregulamentação é apresentada como um mecanismo de modernização que eleva a sociedade civil, livrando-a de um Estado “protetor”. Não obstante suas empobrecidas formulações teóricas, o discurso neoliberal convence as massas (não apenas através de formas discursivas, mas também da historicamente necessária coerção) de que suas estratégias no enfrentamento da crise são as únicas possíveis, e a abordagem técnica destas estratégias supostamente as tornaria neutras. Compõe esse senso comum uma confiança cega nos valores do mercado, na possibilidade de alcançar estabilidade social através de relações mercantis seguras.

Nesse contexto, a corrida em direção à “flexibilização” engendra a hipertrofia de atividades financeiras, decorrentes tanto da superacumulação quanto da especulação descontrolada. As atividades financeiras vão se tornando progressivamente autonomizadas de regulações estatais ou nacionais e apresentam – por meio do desenvolvimento de tecnologias de informação – uma incomparável mobilidade espaço-tempo.¹³ Este fenômeno é acompanhado pela segmentação da produção que se transforma de maneira horizontalizada e descentralizada promovendo mobilidade à esfera produtiva com estruturação de redes supranacionais.

A exaltada globalização econômica está diretamente relacionada ao processo de financeirização do capital e à formação de redes suprana-

¹³ As novas tecnologias de informação vinculam-se à necessidade de acumular, transferir, armazenar, analisar e usar uma grande quantidade de dados que possam orientar decisões no mercado global.

cionais nas unidades produtivas. Para perseguir mercados e a realização de superlucros, as grandes corporações comandam articulações supranacionais de integração compostas por megabloques que intensificam o nível de competitividade intermonopolista e reconfiguram o panorama político-econômico do mundo. É a liberalização e a desregulamentação que levam à abertura dos mercados nacionais e permitem sua conexão em tempo real promovendo a integração internacional dos mercados financeiros (NETTO, 1996).

A aceleração do tempo de rotação do capital fixo gerada pela busca de superlucros através de "rendas tecnológicas" também incide sobre o tempo de rotação do capital circulante. Ocorre que a necessidade de reconverter continuamente capital circulante em capital fixo acelera o processo em que as empresas convertem seu capital total em capital fixo e adquire capital circulante por meio de créditos bancários. O estabelecimento de uma lógica baseada na inversão da relação entre o ciclo de crédito e o ciclo industrial, e na crescente sincronia internacional do capital industrial, expressa a vulnerabilidade que pode ser medida pela crise que ataca o sistema monetário internacional.¹⁴

Sociedades anônimas multinacionais formam um mercado monetário organizado mundialmente e procuram se proteger a qualquer custo de perdas repentinas no câmbio, da possibilidade de serem recolocadas barreiras de controle de moedas ou capitais. Mas, o fato é que a despeito de todos os esforços empreendidos, o capitalismo tardio expressa em cada uma de suas estratégias de recuperação a sua dificuldade para valorizar o valor ilimitadamente: ainda que o capital possa se esforçar para impedir que a inflação moderada se torne exorbitante, ele não é capaz de fazer com que a expansão do crédito internacional o transforme em dinheiro.

A expansão do crédito, ao estender a capacidade de consumo das pessoas através do endividamento e criar condições de investimento para as empresas quando há capacidade ociosa, restabelece temporariamente os requisitos necessários para o funcionamento da máquina financeira. Contudo, a oferta ilimitada de crédito empurra o capital até o limite extremo que corresponde à impossibilidade de extrair excedente do trabalho humano suficiente para reproduzir as cifras astronômicas de capital fictício.¹⁵ É o Estado quem vai assumir a hedionda tarefa de sustentar essa ficção por meio de ações, empréstimos, ou da impressão direta de papel-moeda.¹⁶ A dívida pública dos Estados que cresce muito mais rapidamente que a eco-

¹⁴ Se até a década de setenta pode-se afirmar que a especulação financeira acompanhava relativamente o ritmo e o volume da acumulação real, a partir deste marco as movimentações financeiras se desconectam do processo produtivo de forma que a relação entre a acumulação real e a especulação financeira se torna absolutamente assimétrica. O sobe e desce alucinado de índices como o Dow Jones expressa abertamente a lógica fictícia que sustenta a economia mundial.

¹⁵ Capital fictício é o capital que se baseia na especulação e na expectativa de ganhos futuros (MARX, 1984b).

¹⁶ É interessante notar a passagem do ouro ao papel-dinheiro: na medida em que o segundo, diferentemente do primeiro, pode ser produzido ilimitadamente, perdem-se os parâmetros para o processo de endividamento.

nomia está diretamente vinculada à bolha financeira explosiva que se desprende dos processos reais de acumulação.

Aqui se conectam os diversos agentes do cenário de crise mundial: um dos maiores responsáveis pela dívida pública dos Estados (sobretudo dos EUA) é o financiamento da indústria armamentista para manutenção do aparato militar e da economia de guerra, se considerarmos que a produção permanente de armas é necessária para solucionar o problema do capital excedente, ao mesmo tempo em que impulsiona a aceleração da inovação tecnológica, fica evidente a vinculação desses agentes em meio a exigência de encontrar estratégias de enfrentamento da crise e a maneira que são utilizados os mecanismos financeiros apoiados em capitais fictícios para forjar a eternidade do modo de produção capitalista a despeito da crise de acumulação real fundamentada na necessidade de elevar a massa de mais-valor.

Assim, diante das fortes mudanças no processo produtivo e do peso do desenvolvimento tecnológico, tanto na aceleração das contradições sintomáticas quanto no discurso que se supõe neutro em defesa desta ordem social, sublinha-se a necessidade de ir mais fundo no debate destas questões. O envolvimento da ciência e, portanto da produção do conhecimento, no curso das transformações que constituem o capitalismo contemporâneo, evidenciam a interferência decisiva dos seus avanços para a multiplicação de forças e modalidades de destruição, para manipular a obsolescência programada e tantas outras práticas vinculadas às estratégias de sobrevivência do capital no confronto da crise estrutural. Deste modo, parece imprescindível questionar a função que se atribui ao conhecimento, em que pese todas as suas potencialidades inerentes, no condicionamento de um metabolismo social que estabelece para além de uma sociedade contemporânea em crise, projeções de futuro ainda mais assustadoras.

A exuberância da produtividade em escala social ampliada (promovida pelo trabalho abstrato) paradoxalmente associa-se à marginalização de grandes parcelas da sociedade sem que estas possam realizar suas necessidades essenciais. Os avanços técnicos que representam maior capacidade de apropriação da natureza, sequer têm como critério a destruição desta última, de forma a não considerar nem mesmo a sua finitude. Os burburinhos mais ou menos alarmantes em torno da necessidade de preservar o meio ambiente e dar um caráter socialmente responsável à produção, não alcançam o questionamento real do desenvolvimento das forças produtivas. O monumental aparato tecnológico do capitalismo do século XXI é o reflexo perfeito da "monumentalização da irracionalidade do sistema" (MENEGAT, 2003, p. 213); o amontoado de coisas acumuladas serve apenas para alimentar a estrutura fetichista de uma forma social que se supõe comandada por homens conscientes e não se mostra capaz de ao menos alimentar concretamente a totalidade dos mesmos.

As contradições objetivas do capital pressionam os tênues elementos civilizatórios na fase contemporânea do capitalismo, alargando a

névoa que ganha densidade numa vida social marcada pela tensão constante do medo e da angústia. A irracionalidade da esfera econômica – que, vale lembrar, utiliza a perpetuação da indústria armamentista como uma estratégia de sobrevivência fundamental – se apresenta camuflada em alegorias conceituais que objetivam conferir uma racionalidade específica que possa dar sustentação à aparência socialmente necessária de uma estrutura que desmorona. Não obstante todos os lapsos em que o invólucro sutil se rompe (mostrando com muita brutalidade os métodos violentos sem os quais o capitalismo nunca conseguiu seguir o curso de seu desenvolvimento), até parece verossímil a eficiência técnica dos conceitos alegóricos que direcionam a economia mundial. A despeito da miséria e do desespero que se amontoam pelas cidades junto ao emaranhado de coisas produzidas ininterruptamente, são repetidas as “verdades racionais” de uma realidade absolutamente irracional.

Faces étnicas de uma mesma miséria que cinicamente os sociólogos da ordem chamam de neopobreza, como se um dia aqueles estômagos, flagrados por seus rostos sulcados na fotografia de um Sebastião Salgado, se tivessem divertido na fartura da terra. Seriam outras tantas faces deste mesmo dilema o desemprego estrutural, que empilha milhares de pessoas nas calçadas dos grandes centros urbanos do terceiro mundo, gritando dez horas por dia a oferta de bugigangas de uma natureza muito semelhante das que outrora encantavam os primeiros moradores dessas paragens, só que agora, todos somos surpreendidos pelo mesmo encanto, que se tornou tétrico, e que prenuncia como o fim a cada esquina. Não muito distante destes lugares, as gravatas e seus ternos bem cortados se regozijam em ‘montanhas de dívidas’ que os de fora deste estranho ritual terão que pagar, e novamente, por meio de suas vidas ou com suas existências danificadas, seja numa guerra, seja na escravidão de se viver num mundo em que a ‘reprodução social vira-se abertamente contra o seu conteúdo’ (MENEZES, 2003, p. 217).

O conhecimento socialmente produzido e a degeneração do conteúdo de uma forma social em crise

As poucas pistas lançadas até aqui culminam na busca de outras tantas que possam oferecer uma lente mais precisa na elucidação da incoerência entre uma forma social que se supõe racional e o seu conteúdo arruinado que se configura como uma “calamidade triunfal” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p.17). No livro “A dialética do esclarecimento” – sobretudo no primeiro capítulo, “O conceito de esclarecimento” –, Adorno e Horkheimer nos oferecem uma argumentação crítica que, em sua potencialidade, parece conter subsídios fundamentais para que seja possível aprofundar a questão colocada.

Os autores elaboram uma crítica ao projeto do esclarecimento que, enquanto um projeto teórico que busca apreender de forma racional o mundo, alavanca a modernidade. Apontam os limites do movimento progressivo impulsionado por este projeto, uma vez que este se pretende a superação do mito, mas se torna ele próprio o reflexo do poder mítico. Através de imagens da Odisseia¹⁷, eles buscam mostrar o entrelaçamento entre a racionalidade e a realidade social e no mesmo movimento, entre a natureza e a dominação da natureza; afirmam, neste sentido, que ao assumir a intenção exclusiva de dominar a natureza e encontrar os meios para alcançar este fim, o esclarecimento, no lugar de superá-lo se converte ele mesmo em mito, porquanto ao invés de livrar o homem do medo, cristaliza a transcendência do que é desconhecido no que é conhecido, e, por essa via, também o horror no que é natural. São destruídas junto aos deuses, as distinções. Substituem-se espíritos e demônios locais pelo céu e sua hierarquia, as "práticas de conjuração do feiticeiro e da tribo, pelo sacrifício bem dosado e pelo trabalho servil mediado pelo comando" (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 20 -21).

O paradoxo da fé acaba por degenerar no embuste, no mito do século XX, enquanto sua irracionalidade degenera na cerimônia organizada racionalmente sob o controle dos integralmente esclarecidos e que, no entanto, dirigem a sociedade em direção à barbárie. (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p.29).

No intuito de dominar a natureza – sem reconhecer sua impotência, enquanto parte da natureza, para alcançar tal propósito – unicamente para empregá-la, exercendo domínio sobre esta e sobre os próprios homens, o esclarecimento cria o princípio de identidade entre a ideia e o mundo, de maneira que a ideia só precise exercer domínio sobre a natureza e não de fato conhecê-la. Nesta perspectiva, a ciência universal (unitária) pretende forjar um sistema do qual se possa deduzir toda e qualquer coisa; a multiplicidade das figuras se reduz à posição e à ordem, a história ao fato, as coisas à matéria. A construção dessa lógica formal pretende alcançar a calculabilidade do mundo, transformando o heterogêneo em comparável reduzindo-o a grandezas abstratas – tal como ocorre no processo de trabalho. A natureza se converte em mera objetividade e ao mesmo tempo em que o homem aumenta seu poder, ele perde o discernimento sobre o que exerce o poder.

Ao contrário de negar o dado imediato, o conhecimento que se fundamenta no formalismo matemático restringe-se a perceber, a classificar e calcular, utilizando para tal propósito a figura mais abstrata do imediato: o número. Deste modo, o pensamento se reduz a uma aparelhagem mate-

¹⁷ Para os autores, a imagem de Ulisses preso ao mastro de seu barco representa a personificação da experiência burguesa (MENEGAT, 2003).

mática que comporta a validação do mundo como sua própria medida; isso porque ao passo que a maquinaria do pensamento subjuga a realidade, contenta-se em reproduzir o existente, ratificando a brutalidade com a qual o indivíduo é enquadrado nesse processo.

Quanta violência foi necessária antes que as pessoas se acostumassem a uma coordenação tão simples é impossível determinar. [...] Os símbolos assumem a expressão do fetiche. A repetição da natureza, que é o seu significado, acaba sempre por se mostrar como permanência, por eles representada, da coerção social. [...] Na imparcialidade da linguagem científica, o impotente perdeu inteiramente a força para se exprimir, e só o existente encontra aí seu signo neutro (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 30-31).

A forma pela qual a linguagem se acopla às coisas é muito parecida com a forma pela qual o valor é acoplado aos resultados do trabalho. A noção de validade científica promove através da linguagem o arbítrio do conhecimento permitido por meio do critério de efetivação do aparato técnico que impulsiona o desenvolvimento das forças produtivas – o conceito de paradigma coincide com as “necessidades de ajustes permanentes das formas de organização do sistema” (MENEGAT, 2003, p. 194).

Semelhante à coisa, à ferramenta material – que pegamos e conservamos em diferentes situações como a mesma, destacando assim o mundo caótico, multifário, disparatado do conhecido, uno, idêntico – o conceito é a ferramenta ideal que se encaixa nas coisas pelo lado por onde se pode pegá-las (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 43).

Renuncia-se, portanto, ao sentido, substituindo a causa pela regra e pela probabilidade expressas em fórmulas. Elimina-se a contradição, o conflituoso, e nesse sentido, são obscurecidas a particularidade e a historicidade; assim, se torna mais densa a névoa que desconfigura a capacidade de compreensão da sociedade diante da barbárie. A liberdade forjada para livrar o homem da submissão ao poder mítico se apresenta na realidade como astuta perpetuação da dominação. A ideia – tanto quanto a criminalidade – passa a ser vigiada sob a égide de comportamentos considerados decentemente racionais. O fetiche se espalha como “uma paralisia sobre a vida” e o indivíduo se torna tão pouco representativo da real qualidade dos homens quanto o “valor o é dos objetos de uso” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p.35). O progresso capitalista protagonizado pelos avanços do conhecimento científico (de)forma o indivíduo para ser conduzido pela aparelhagem técnica, forçando o homem a esquecer de si, a se autoalienar.

Os elementos elencados se acumulam na forma de uma barreira monumental situada entre os sujeitos e a capacidade de compreensão da objetividade por eles produzida. O movimento autocontraditório do capital,

que traga a subjetividade humana, reduz a qualidade do sujeito à de sujeito monetário, evidenciando o potencial degenerativo não apenas do curso que segue o conhecimento socialmente produzido, mas da humanidade como um todo, se permanecendo no fluxo desse movimento. Subordinada à lógica de valorização do valor, a humanidade estabelece como próprias as prioridades do capital e perde a clareza de quais são as suas próprias prioridades e necessidades gerais mais elementares. Deste modo, conduz-se para autodestruição conjugada à destruição dos recursos naturais.

No caminho que leva os homens da mitologia à logística, a razão se materializa em máquinas que os mutilam "mesmo quando os alimentam". No percurso através do qual a lei do valor impera sobre as necessidades subsumindo seu caráter objetivo, cresce a miséria dos povos "enquanto antítese da potência e da impotência", porquanto ocorre na mesma proporção em que se agiganta a capacidade para eliminar a miséria (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p.43). Ao serem efetivamente separados, empobrecem-se pensamento e experiência, de maneira que quanto mais se complexificam as estruturas concebidas pelo dialeto conceitual do intelecto para as quais o homem é ajustado, tanto mais se esvaziam as experiências de que ele é capaz. O extermínio das qualidades se projeta da ciência para a experiência dos povos (e vice versa) refletindo a imaturidade dos indivíduos, como um contraponto à maturidade do sistema; "o absurdo dessa situação, em que o poder do sistema sobre os homens cresce na mesma medida em que os subtrai ao poder da natureza, denuncia como obsoleta a razão da sociedade racional" (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 43).

Assim, o que se ressalta a partir da crítica encontrada na obra de Adorno e Horkheimer (2006) é a urgente necessidade de ser efetuada uma autorreflexão da razão, uma vez que o pensamento parece ter perdido a capacidade de refletir sobre si mesmo. Parece importante evidenciar que os avanços do conhecimento geral conquistados pelo desenvolvimento do capitalismo não representaram nenhum progresso da compreensão da sociedade sobre ela mesma. Isso porque a aparência dos procedimentos racionalizados não faz com que o todo adquira o estatuto de racional (MENEGAT, 2003). Com este texto, se pretende apenas sugerir a necessidade de perguntar ao pensamento sobre ele mesmo, para que com este ponto de partida seja possível reconstruir no presente os nexos históricos que nos circunscrevem no contexto regressivo de crise estrutural.

Das pistas que podem ser lançadas, no sentido de romper com os termos da identidade que adequam o pensamento à realidade, e também o contrário, promovendo a transformação de todas as práticas humanas em produção de valor, ressaltam-se os nexos que podem ser feitos entre o curso que segue a produção de conhecimento na sociedade capitalista e as elaborações de Marx a respeito do fetichismo da mercadoria. A partir da crítica da economia política elaborada por este autor, sabe-se que a expansão e a acumulação de capital estão fundadas na exploração do trabalho humano;

contudo, o trabalho humano que é a substância do capital, tem sua importância determinante encoberta pelo o que o autor chama de fetichismo da mercadoria.

O caráter misterioso que o produto do trabalho apresenta ao assumir a forma mercadoria, donde provém? Dessa própria forma, claro. A igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos dos trabalhos como valores; a medida por meio da duração, do dispêndio da força humana de trabalho, toma a forma de quantidade de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se afirma o caráter social dos seus trabalhos, assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho. [...] Chamo a isso de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias (MARX, 2011b, p. 94).

Portanto, o desenvolvimento do capitalismo, que transforma a atividade humana produtiva em produção de mercadorias, se efetiva através da troca quantitativa entre qualidades distintas e condiciona o metabolismo do homem com a natureza à acumulação como fim em si mesmo. É neste sentido que se pode considerar invertido um processo social no qual as relações humanas são abstraídas de seu conteúdo ao serem sobrepostas por uma objetividade social fundamentada no valor atribuído à mercadoria que, como um invólucro, oculta o caráter social do trabalho (MENEGAT, 2011).

Deste modo, a tautologia desse modelo sistêmico nos transportou do momento em que foram criadas expectativas de libertação da sociedade guiada pela racionalidade, ao momento em que a crise estrutural escancara o colapso da forma social capitalista, e sua lógica imanente destrutiva que mantém a humanidade submetida ao arrastar de correntes de sua imaturidade. A máquina projetada pelo pensamento – que transforma a ciência em força produtiva imediata – e a maquinaria do pensamento – que enxerga a natureza como um mecanismo – são faces de uma mesma moeda, e produto de uma lógica intempestiva de valorização do valor que não conhece barreiras. O mesmo ímpeto que quer excluir todas as contradições aprisiona a razão objetiva sob os escombros acumulados ao longo da história do capitalismo. Diante do conteúdo arruinado e irracional da forma social capitalista, parece importante a reflexão em torno da autocrítica da razão, e, sobretudo, dos caminhos para os quais somos levados se não nos questionarmos o sentido de seguirmos seu curso, em silêncio.

Referências

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2006.

BEHRING, E.R. Expressões políticas da crise e as novas configurações do Estado e da Sociedade Civil. In: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*- Brasília: CEFESS/ABEPSS/UnB-CEAD, 2009, p.69-86.

HARVEY, D. *Condição Pós-moderna*. 20ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

_____. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011a.

_____. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, v. I, tomo 1, 2011b.

_____. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, v. I, tomo 2, 1984a.

_____. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, v. III, tomo 1. 1984b.

MENEGAT, M. *Depois do fim do mundo: a crise da modernidade e a barbárie*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2003.

_____. Sem lenço nem aceno de adeus: formação de massas em tempo de barbárie: como a esquerda social pode enfrentar esta questão? *Revista Praia Vermelha*, n. 18, Rio de Janeiro: PPGSS UFRJ, 2008.

_____. Os giros dos ponteiros do relógio no pulso de um morto. *Revista Epos*, Rio de Janeiro: IMS/UER/FAPERJ, 2011.

MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

_____. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão. *Serviço social e Sociedade*, n. 50. São Paulo: Cortez, 1996, p. 87-132.

_____. Uma face contemporânea da barbárie. Conferência. In: *III Encontro Internacional Civilização ou Barbárie*. Serpa, 2010.

ROMERO, D. *Marx e a técnica: um estudo dos manuscritos de 1861 – 1863*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Recebido em 09 de junho de 2013.

Aprovado para publicação em 12 de julho de 2013.



Sharecroppers' families gathering needs for their 4th of July celebration, whites and blacks together, Hill House, Mississippi, 1936. Dorothea Lange.